

Reforma administrativa foi tema central do CADE em 9/9. Chapão apontou caráter nefasto e inoportuno da proposta

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do **Chapão Sintunesp/Associações**, este boletim traz um apanhado sobre as discussões e encaminhamentos feitos na última reunião do CADE, em 9/9/2020, realizada virtualmente por meio do *Google Meet*. A reforma administrativa, que afeta diretamente a estrutura da Universidade e a vida dos servidores técnico-administrativos, foi o tema mais polêmico e com mais intervenções dos membros do Chapão Sintunesp/Associações e Chapão Adunesp, que tiveram atuação coesa e combativa. Confira:

Pandemia e Universidade

Logo na abertura da reunião do CADE, falando em nome do Comitê Unesp Covid-19, o professor Ney Lemke disse que cabe à direção ou coordenação executiva das unidades a definição de alguns aspectos relativos ao retorno das atividades presenciais, áreas, setores, departamentos, laboratórios, profissionais, conforme o faseamento previsto. Ele destacou os critérios para retomada dos trabalhos de pesquisa, como: difusão da informação, implantação de protocolos, treinamentos etc.

Membros do Chapão questionaram se estes procedimentos seriam estendidos às unidades de um modo geral, quando da retomada das atividades presenciais, inclusive com a testagem das pessoas, conforme ocorre na Reitoria. Eles também quiseram saber se o Comitê tem os dados sobre números de contaminados da comunidade da Unesp. O professor Lemke respondeu que o Comitê vai fazer uma avaliação dos resultados e que estão pensando em utilizar as mesmas estratégias nas unidades. Ainda segundo o docente, a demanda das testagens vai ser melhor discutida no Comitê, pois envolve vários fatores, como custos e logística, uma vez que a matriz que é a FM de Botucatu. Em relação aos números, respondeu que não foi feito esse levantamento, pelo receio de constranger as pessoas, mas que irá levar a demanda ao Comitê.

Assédio moral

A professora Maria Dionísia do Amaral Dias, do Departamento de Saúde Pública da FM de Botucatu, fez uma exposição intitulada “*Assédio Moral no Trabalho: consequências e modos de agir*”. A atividade ha-

via sido solicitada pelo Sintunesp e seus representantes nos colegiados. A docente destacou que o assédio moral é uma das formas de violência no trabalho e exemplificou os atos cruéis e desumanos que caracterizam uma atitude violenta e sem ética nas relações de trabalho. Lembrou que a conduta abusiva pode partir do empregador ou superior na hierarquia, de colegas de trabalho (por competição ou discriminação) ou mesmo de um subordinado, o que é mais raro. “O tema precisa ser encarado e não negado”, alertou. A expositora ressaltou que uma das consequências mais graves do assédio moral, que pode afetar a saúde mental do trabalhador, é a depressão.

Respondendo à questão sobre como auxiliar e amenizar esse problema dentro da Universidade, a professora Maria Dionísia disse que as seções técnicas de saúde (STS), por meio dos exames periódicos, têm feito o rastreamento para detectar precocemente qualquer sinal de doença mental. Ao citar que os transtornos mentais aparecem com frequência nas pesquisas relacionadas, muitas das vezes relacionadas ao trabalho, a expositora ressaltou que todos têm um papel importante para minimizar essas situações. “Um acolhimento, uma palavra já podem fazer toda a diferença para ajudar um servidor que esteja com esse problema.”

Nota da redação: O material utilizado pela expositora segue anexo a este boletim.

Reforma administrativa

O “*Relatório de análise de propostas para a Reforma Administrativa das Unidades Universitárias*” foi o ponto de pauta mais polêmico e demorado da reunião. O presidente do CADE, professor Leonardo Theodoro Büll, fez uma longa explicação. Ele lembrou que, em setembro de 2018, a Reitoria apresentou suas propostas de reforma administrativa e sustentabilidade financeira, que causaram um “*frisson*” na Universidade. Em abril de 2019, vieram as propostas da comunidade, que foram sistematizadas pela equipe da Propeg. Após isso, o CADE aprovou a criação de uma comissão mista CEAFA/CADE, que



elaborou um relatório, a ser apresentado na presente sessão do colegiado. “O relatório está muito bom, mas quem decide é o CADE”, opinou Büll.

Logo em seguida, o professor Celso Antônio Rodrigues, presidente da Comissão de Estruturas e de Funções Administrativas (CEAFA) e da Comissão, apresentou o relatório completo e colocou-o para apreciação dos conselheiros. Os técnico-administrativos estão representados na Comissão por Ademir Machado dos Santos, Valdomiro Rodrigues de Souza e Beatriz Galvão Nogueira (atualmente em afastamento), todos do Chapão.

Membros do Chapão Sintunesp/Associações e do Chapão Adunesp fizeram várias manifestações contrárias à reforma. Ademir e Valdomiro lembraram que não houve consenso em quase todos os tópicos discutidos na Comissão, que a reforma é totalmente inoportuna em meio à pandemia e em final de mandato reitoria, e que deve ser engavetada e não retornar ao colegiado. Eles ressaltaram que o momento, inclusive, combina dois fatores cruéis para os servidores técnico-administrativos: a falta de pessoal (buraco de quase 50% no subquadro) e as perdas salariais e de direitos (como o congelamento do tempo aquisitivo para quinquênios e sexta-parte até dezembro de 2021, bem como o aumento das contribuições previdenciárias).

Ao final da reunião, demonstrando ter ficado sensibilizado pelas colocações dos conselheiros, o professor Büll não deixou claro quais serão os desdobramentos da discussão, se a proposta será definitivamente descartada ou se retornará para a próxima sessão do CADE.

Sobre revisão de deliberação do CADE

Membros do Chapão fizeram várias críticas aos fatos relacionados à votação sobre a estrutura e competências para o exercício da Supervisão Delegada na Unesp junto aos colégios técnicos, ocorrida na sessão do CADE de 12/8. Na ocasião, havia sido aprovada a criação da figura do Dirigente de Ensino na Unesp e, para cada um dos colégios técnicos da Universidade – Bauru, Jaboticabal e Guaratinguetá – o posto de Supervisor de Ensino. A maioria dos conselheiros votou a favor de algumas mudanças na proposta original, especialmente quanto ao modo de escolha destes profissionais: em vez de indicações, como proposto, a deliberação foi por realização de eleição direta pela comunidade.

Para surpresa dos membros do CADE, na sessão do Conselho Universitário (CO) de 27/8, surgiu um parecer da Assessoria Jurídica (AJ), propondo a revogação das decisões aprovadas no CADE, o que acabou sendo acatado pela maioria dos conselheiros do órgão máximo da Universidade.

Na presente sessão do CADE, membros do Chapão Sintunesp/Associações e Chapão Adunesp demonstraram indignação com esse fato, lembrando que o colegiado é um órgão técnico e não político, e manifestando a expectativa de isso não ocorra mais.



Boletim econômico

Rogério Luiz Buccelli, Assessor-Chefe de Planejamento Estratégico, fez uma explanação do boletim econômico atual, contendo a situação orçamentária e financeira da Unesp. Ele destacou os resultados negativos do Produto Interno Bruto (PIB) do país, se comparado 2020 com 2019. Falou também do crescimento da atividade econômica, acima do previsto para os meses de julho e agosto. Ele avalia, com otimismo, que a queda prevista no repasse de recursos a Unesp em 2020, de R\$ 280 milhões, pode cair para R\$ 200 milhões até o final do ano.

Questionado pelos membros do Chapão se corremos o risco de não receber o 13º salário, Buccelli respondeu que vamos depender da arrecadação dos últimos quatro meses do ano. E completou dizendo que a equipe econômica da Propeg está em contato com a equipe econômica do governo, visando conseguir recursos extras para auxiliar a Unesp no pagamento do 13º (que demanda cerca de R\$ 160 milhões) e para não comprometer o orçamento de 2021.

Insuficiência financeira

O professor José Roberto Ruggiero, Assessor-chefe de Planejamento e Orçamento, fez uma boa apresentação sobre o tema “*Unesp - Insuficiência financeira: perspectivas de médio e longo prazo*”. Ele explicou que a insuficiência é o valor resultante da diferença entre o total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários (arcada pela Universidade) e o total das contribuições previdenciárias dos servidores docentes e técnico-administrativos autárquicos. Ruggiero enfatizou a preocupação com o aumento da insuficiência financeira, devido à evolução da folha de pagamento de inativos, e que a Unesp é a que mais sente o problema entre as três universidades estaduais paulistas.

Em 2019, a insuficiência financeira foi equivalente a 31,3% dos recursos que a Universidade recebeu com os repasses do ICMS.

Esse tema, vale lembrar, vem sendo abordado sistematicamente pelas entidades que compõem o Fórum das Seis, entre elas o Sintunesp. De acordo com a Lei Complementar 1.010, de junho de 2007 (que criou a SPPrev), cabe ao governo arcar com eventuais insuficiências financeiras. O artigo 27 da lei diz: “O Estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS e do RPPM decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, observada a insuficiência apurada em cada um dos Poderes e órgãos autônomos.”

No entanto, espertamente, o governo do estado apoia-se na autonomia das universidades para se eximir de sua responsabilidade. O Fórum das Seis cobra dos reitores que pressionem o governo a cumprir a lei.



Comunicações da Presidência

No item “Comunicações da Presidência”, o professor Büll deu informes diversos, entre eles:

- As alterações contratuais (supressão e suspensão), durante os meses de abril a agosto/20, realizadas pela maioria das Unidades da Unesp, resultou no montante de R\$ 5.228.845,97;

- Após licitação, a Unesp contratou serviço de peritagem para elaboração de laudos para avaliação de tempo de trabalho em condições especiais. A empresa iniciou os trabalhos em agosto de 2020, formatando com a administração central seu cronograma de ação;

- Com a edição do Decreto nº 65.021/2020 e do Comunicado SPPREV, publicado no Diário Oficial de 20/6/2020, a partir de 18/9/2020, a contribuição dos aposentados e pensionistas será calculada a partir do valor do salário mínimo nacional (R\$ 1.045). Será aplicada alíquota progressiva, incidente de acordo com a faixa de benefício, na razão percentual, ou seja:

- . Até um salário mínimo (R\$ 1.045,00): Isento
- . De R\$ 1.045,00 a R\$ 3.000,00: 12%
- . De R\$ 3.000,00 a R\$ 6.101,06 (Teto do Regime Geral de Previdência Social): 14%
- . Acima do teto do RGPS: 16%

***Nota da redação:** Assim como várias outras entidades sindicais do funcionalismo paulista, o Sintunesp tem ação na justiça contra o aumento das alíquotas dos ativos e dos inativos (Decreto nº 65.021/2020), que aguarda julgamento.*

Respostas a perguntas da sessão anterior

Como habitual, algumas perguntas dos conselheiros só são respondidas na sessão seguinte do colegiado. Na presente reunião do CADE, o professor Büll trouxe as seguintes respostas:

1) Materiais e Insumos para o combate a pandemia: A Propeg adquiriu insumos básicos para abastecer as Seções Técnicas de Saúde das unidades, como máscaras, luvas, aventais, toucas, oxímetros e termômetros digitais. A equipe econômica, em conjunto com a comissão de orçamento decidiu não reduzir o custeio das unidades para que a economia, por conta da quarentena, possa ser revertida na compra de outros insumos necessários à retomada gradual das unidades. A Propeg, em conjunto com a equipe econômica, analisará a demanda por recursos das unidades que apresentarem plano de retomada circunstanciado, demonstrando efetivo *déficit* orçamentário.

2) Chips para alunos: Foram adquiridos 3.000 chips para alunos em vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com levantamento efetuado pela Prograd e fornecido pelas uni-

dades. Os chips têm um custo individual mensal de R\$ 5,87, com capacidade de 20 GB de dados.

3) Protocolos de retorno: O Comitê Unesp Covid-19, presidido pela Dra. Ludmila Braga, realizou estudos técnicos com base em protocolos da saúde e segurança dos trabalhadores e foram definidos faseamentos de retomada (5 fases incluído preparatória). O percentual de 20% foi considerado o índice seguro para a fase preparatória de retorno às atividades presenciais.

4) Recursos sobre revisão de insalubridade dos estatutários: Os pedidos de revisão do enquadramento para adicional de insalubridade foram direcionados pelas unidades ao Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME). Eles têm sido devolvidos diretamente pelo DPME às unidades, valendo-se da Reitoria apenas para redirecionamento do malote. Em razão da pandemia, o DPME interrompeu as perícias em março de 2020 e iniciou a retomada gradual em julho de 2020. Questionamentos específicos podem ser formalizados diretamente ao DPME por meio do RH das unidades.

5) Lei Complementar 173 e Portaria Unesp 166/2020: A LC 173, publicada em 28/5/2020, estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARSCoV-2 e trouxe no seu Artigo 8º medidas de redução de despesas com pessoal para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, proibindo até 31/12/2021, entre outras medidas, aumentos de despesas com pessoal, tais como: reajustes e aumento de remuneração, realização de concursos, criar ou aumentar benefícios, e computar tempo para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. A Portaria Unesp 166, de 20/7/2020, regulamenta a aplicação, no âmbito da Unesp, das disposições da LC 173/2020.

***Nota da redação:** Assim como várias outras entidades sindicais do funcionalismo paulista, o Sintunesp tem ação na justiça contra os efeitos da LC 173/2020 e Portaria Unesp 166/2020, que aguarda julgamento.*

6) Veículos: De janeiro/2017 a agosto/2020, em todas as unidades, incluindo a Reitoria, foram alienados/baixados 94 veículos, resultando em valor aproximado de receita de R\$ 2,5 milhões. No mesmo período, foram adquiridos 50 veículos, com custo de R\$ 3,5 milhões. A título de exemplo, na reitoria, em 2019, foram leiloados 9 veículos com alto custo de manutenção, arrecadando R\$ 148.630,00, e adquiridos 3 veículos no valor de 322.935,00, sendo a diferença, R\$ 174.305,00, coberta com recursos de receita própria. No mesmo período, foi gasto com manutenção de veículos na Reitoria o valor de R\$ 184.114,07. A tabela completa será disponibilizada à conselheira que fez a solicitação de esclarecimentos.